

Heinrich von Treitschke: Entre as Leituras de Émile Durkheim e Raymond Aron

Heinrich von Treitschke: Between the Readings of Émile Durkheim e Raymond Aron

*André Luiz Maranhão Agostinho dos Santos¹ 

Resumo

Este artigo destaca duas leituras influenciadas pelo texto *Politik*, do historiador Alemão Heinrich von Treitschke (1834-1896). A primeira é encontrada na publicação “L’Allemagne au-dessus de tout: la mentalité allemande et la guerre”, da autoria de Émile Durkheim (1858-1917) em 1915. Já a segunda leitura aparece no livro *Paix et Guerre Entre les Nations*, assinado por Raymond Aron (1905-1983) em 1962. O artigo se volta para os principais pontos de Treitschke, destacados nas abordagens de Durkheim e Aron, e tem como objetivo analisar em que medida as diferenças das visões durkheimianas e aronianas respondem satisfatoriamente à perspectiva de Treitschke. Como leitores peculiares, Durkheim e o Aron da Guerra Fria oferecem duas chaves importantes, uma vez que o poder político, suas configurações e possibilidades, também emergem como pontos de discussão bibliográfica e reflexões sobre os riscos, acertos e imposturas intelectuais, diante da diplomacia, relações internacionais e sociologia.

Palavras-chave: Henirich von Treitschke; Émile Durkheim; Raymond Aron; *Realpolitik*; *Machtpolitik*.

Abstract

This article highlights two readings influenced by the text *Politik*, by the German historian Heinrich von Treitschke (1834-1896). The first is found in the publication “L’Allemagne au-dessus de tout: la mentalité allemande et la guerre”, written by Émile Durkheim (1858-1917) in 1915. The second reading, appears inside the book *Paix et Guerre Entre les Nations*, signed by Raymond Aron (1905-1983) in 1962. The article turns to the main points of Treitschke, highlighted in the approaches of Durkheim and Aron, and aims to analyze to what extent the differences in views Durkheimian and Aronian responds satisfactorily to Treitschke's perspective. As peculiar readers, Durkheim and Aron offer two important keys from the debate motivated by Treitschke's writings, since political power, its configurations and possibilities, also emerge as points of bibliographic discussion and reflections on the risks, successes and intellectual impostures, in the face of decisive circumstances of diplomacy, international relations and the sociology.

Keywords: Henirich von Treitschke; Émile Durkheim; Raymond Aron; *Realpolitik*; *Machtpolitik*.

¹ Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFPE, Recife, PE, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1415-791X>.

Introdução

As leituras de Heinrich von Treitschke (1834-1896) por Émile Durkheim (1858-1917) e Raymond Aron (1905-1983) apontam para um debate específico, promissor e caro às ciências sociais. Treitschke se tornou mais conhecido pelo público como historiador, jornalista, deputado do *Reichstag* e paralelamente defendeu movimentos decisivos para a Unificação Alemã, além de sua articulação como Estado-nação. Os escritos de Treitschke circularam entre segmentos e mentalidades germanófilas, inclusive no meio de gerações jovens, estimuladas pelo crescimento industrial, bélico e burocrático. Com isso, Treitschke será objeto de duas leituras críticas: uma, de *rejeição*, e outra, de *reinterpretação*.

A *leitura de rejeição* aparece em Durkheim, durante a Primeira Guerra Mundial – mais especificamente em 1915, com a publicação de “*L’Allemagne au-dessus de tout: la mentalité allemande et la guerre*”. No material em questão, Durkheim ataca uma série de pontos do texto *Politik*, de Treitschke, além de recorrer a argumentos humanistas e próximos do idealismo político. Por outro lado, a *leitura de reinterpretação* se encontra em trabalhos de Aron, principalmente no livro *Paix et Guerre entre les Nations*, cuja primeira edição é de 1962 – período em que Aron já se lançava como um *liberal engajado*, carregava tintas weberianas em suas abordagens. Diferentemente, Aron trava um diálogo mais próximo do realismo, ao criticar pontos em Treitschke sem dispensá-los por completo, além de situar questões análogas à compreensão do poder político. Embora as diferenças entre as leituras de Durkheim e Aron se apresentem de modo patente, esses dois autores clássicos dividem o interesse pela construção teórica de Treitschke em seu tom ideológico mais desafiador.

Heinrich Von Treitschke

Nascido em 1834, em Dresden, Heinrich von Treitschke pertencia a uma família aristocrática da Saxônia. Filho de General do Exército com ascendência tcheca (o qual lutara nas guerras napoleônicas) e neto, por parte de mãe, de um combatente da Independência dos Estados Unidos (sob o comando de George Washington) o jovem Treitschke almejava o ingresso na carreira militar. Porém a dificuldade com a audição, impediu a entrada na caserna, mas não excluiu a participação de Treitschke em círculos aristocráticos marciais nem sua inclinação por ideias de cunho militarista. Em 1853, Treitschke se depara com o ensaio *Grundsätze der Realpolitik*, de Ludwig von Rochau, na Biblioteca de Heidelberg. Tal encontro com o livro já revelará a Treitschke um autor capaz de demonstrar questões incisivas para a construção de um pensamento nacionalista e suas ideias acerca do poder (DAVIS, 1914, p. 6).

Por sua vez, a formação central de Treitschke, em História, recebe validação em diferentes passagens acadêmicas: desde Leipzig, Friburgo, Kiel, Heidelberg, até sua culminância em Berlim. Com a crescente visibilidade, o ambiente universitário berlinense servirá de palco para defesa de ideias nacionalistas e favoráveis ao processo de Unificação Alemã, liderado pela monarquia prussiana (MCCLELLAND, 1973, p. 4). E ainda que, em momentos posteriores, tais defesas soassem mais antiquadas, a injeção da *Realpolitik* vibrará positivamente na retórica do militarismo. Na Universidade de Berlim, portanto, Treitschke combina escritos de Rochau com ajustes de John Stuart Mill, Aristóteles e Maquiavel. Com isso, a junção desses autores produz uma liga entre a força, poder político forte e esforço patriótico, dos indivíduos em torno do Estado (BEW, 2016, p. 71).

Com a década de 1860, o argumento liberal de Mill se diluirá e servirá como pano de fundo para causas nacionalistas fervorosas em detrimento da defesa dos direitos individuais. Treitschke se descola também do liberalismo de Friedrich Dahlmann (antigo inspirador seu) ao optar pelo nacionalismo e imperialismo derivados de uma interpretação da história movida por ideias, espírito e estética, de certa forma encontradas em Georg Wilhelm Hegel. Finalmente, aspectos de Karl von Savigny e Karl Friedrich Eichhorn sobre a ênfase do caráter “nacional-espiritual”, em detrimento da natureza racional das instituições jurídicas, serão absorvidos na visão treitschkeana (DORPALEN, 1972, p. 23). Nesse processo, as ideias nacionalistas de Treitschke passam a defender, inclusive, um passado mítico e glorioso do germanismo. À frente do periódico *Preussische Jahrbücher*, a crença treitschkeana sobre a centralização do governo da Prússia se vincula à noção de educação como *Bürgertum*, cuja força reside na manutenção da unidade nacional. Entre a nostalgia dos pequenos principados alemães e sua possibilidade de unificação, comandada pela ação prussiana, Treitschke, “toma partido pela segunda sem hesitação ou reserva. Para ele, é no ‘grande poder’ que se realizam os valores mais elevados do Estado.” (ARON, 2018, p. 712).

Na retórica tipicamente reacionária, marcada pela “combatividade da sua nostalgia” (LILLA, 2016, p. 12), Treitschke via nos cavaleiros teutônicos um forte exemplo de força e disciplina, fundamentais para a expansão e glória dos territórios prussianos, quando essa referência não se tratava de mitologia fortuita – haja vista o próprio uso da *Eisernes Kreuz* como alta condecoração militar da cultura germânica, desde as Guerras Napoleônicas. Com o tempo, Treitschke verá, inclusive, na brutalidade e maldade, emoções e reações naturais do povo alemão e sua vocação para a força – *des germanischen Volksgefühls* (KOHLENER, 2016, p. 1). Em outro desdobramento reacionário, o antissemitismo treitschkeano se desenvolve durante o *Movimento de Berlim*, cuja petição alcançaria mais de duzentas e cinquenta mil assinaturas, posteriormente entregues a Otto von Bismarck (1815-1898). Dentre as propostas mais patentes contra os judeus, constavam expatriação, demissão do serviço público e impedimento de novos cargos no ensino básico (OELSNER, 2017, p. 82).

Vale salientar que outros acadêmicos contemporâneos de Treitschke (e vinculados à Universidade de Berlim) também apelavam para a visão engrandecedora alemã, dentre eles, Johann Gustav Droysen (1808-1884), o qual argumentava em favor da natureza moral do Estado, fundada pela força e dignidade humanas, amor a Deus, ao Rei e à Pátria. Além do mais, o próprio Exército expressaria parte essencial da política de “armar o povo como povo”, para a Nação formar, portanto, o Estado (DEVULDER, 1987, p. 186). Já outro nome como Henrich von Sybel (1817-1895) também mostrava suas inclinações para Unificação Alemã ao defender a superioridade do conservadorismo prussiano em detrimento do lema *Liberté, Égalité, Fraternité*, dos franceses (DAVIS, 1914, p. 36).

Nos séculos XIX e XX, é possível observar nas ideologias do nacionalismo (e na política de potência) respostas à consciência histórica e justificativas às lutas travadas por nações e classes. No caso da Alemanha, todavia, essas respostas encontraram em seus pensadores um aguçamento ainda maior, ao gozarem do “status de uma filosofia quase nacional”, dentre os quais, “escritores violentamente sectários como Treitschke” engendraram seus discursos (BERLIN, 2005, p. 285-287). Na retórica treitschkeana os argumentos do Estado alemão potente, pujante e forte, ganharão

ímpeto e visibilidade, além de suas camadas historicamente distorcidas radicalizarem modelos de explicação cultural. Por consequência, a movimentação desse ambiente intelectual estimulou Treitschke e tornou-se convidativa também para a *Realpolitik*, em sua habilidade de pôr à mesa, cartas de diplomacia mais arrojada, ainda que vários Estados também o fizessem. No entanto, ironizaria Norbert Elias, em sua modalidade alemã, a *Realpolitik* sempre pareceria “mais honesta” (ELIAS, 1997, p. 322).

O estreitamento entre *Realpolitik*, nacionalismo e militarismo, não constitui simples delírio de Treitschke, mas demanda factível, do ponto de vista histórico, geopolítico e regional, do cenário germânico. Todo esse amálgama continha esboços desde a Prússia de Frederico II, principalmente com a reivindicação da burocracia por maior protagonismo dentro de um Estado potente. O *Rei-Sargento*, por sinal, foi o primeiro príncipe europeu a utilizar simbolicamente uma farda (ANDERSON, 2016, p. 271). Embora importante – sobretudo com sua integridade político-territorial, após a *Guerra dos Sete Anos* (1756-1763) –, o crescente movimento militar do regime prussiano ainda se mantinha cauteloso e optava por atitudes diplomaticamente mais pacíficas. Décadas depois, porém, um pensamento como o de Treitschke exprimia um retrato das urgências ante os limites materiais e estratégicos impostos, ao aventar as intenções expansionistas do Estado prussiano, a urgência do projeto unificador alemão, bem como a incorporação germânica na balança do poder político internacional. Destarte, a manutenção do nacionalismo levaria a Alemanha ao caminho de expansão territorial – algo desejável tanto do ponto de vista econômico quanto militar (TREITSCHKE, 1916a, p. 221).

Os fatos geopolíticos e o aguçamento do clima nacionalista ainda firmavam laços entre Treitschke e Bismarck, visto que, em 1848, a posição de dependência da Saxônia já era lida como sinal para a abertura de maior protagonismo da Prússia. Além disso, a ideia de Estado Alemão forte e urgente exprimirá a imagem no indivíduo capaz de doar-se em prol de causas maiores da moral e da civilização, como um tipo de “idealismo elevado” (DAVIS, 1914, p. 5). Desse modo, quando “a distância entre o Estado e o indivíduo é abolida²” (BAFOIL, 2016, p. 140), este último é subsumido dentro do ente universal. Todas essas interpretações tornam-se ainda mais intensas em 1864, quando a guerra contra os dinamarqueses dará à Prússia a chance, de fato, para a entrada no rol das grandes potências europeias (RAMEL, 2004, p. 500).

O programa nacionalista alemão estava calcado no “historicismo nacional”, cujo valor “quase oficial” recebia a sustentação de figuras reacionárias, capazes de alçar a guerra ao estatuto de “ciência da sociedade” (BERLIN, 2005, p. 287; Becker & Barnes, 1961, p. 880). O impacto dessa atitude historicista se descolava de suas bases fundantes – o romantismo e o idealismo alemães –, uma vez que, em seu lugar, desenvolvia-se o *historicismo nacionalista alemão*, como voga intelectual específica, vinculada ao estatismo germânico e ao desempenho da política externa, mediante o emprego da força e violência para a consolidação do Estado-nacional. Não somente, uma “tradição do pensamento beligerante” também começava a operar, cujos nomes (quando lembrados) conseguem rastrear desde Treitschke, até Otto Hintze e Carl Schmitt. Por regressão, e em certa medida, todos estes intelectuais ainda podem ser vistos como herdeiros do ideário político de Carl von Clausewitz (MALEŠEVIC, 2010, 29), principalmente na perspectiva da *guerra como continuação da política*. Portanto, no caso específico de Treitschke, “a guerra é o próprio sentido da política” (BAFOIL, 2016, p. 138).

² Todas as traduções foram feitas por mim

Com a Guerra Franco-Prussiana, em 1870, Friedrich Engels ironizaria que “a Europa era muito pequena para dois Bonapartes” (ENGELS, 1969, p. 17), a ponto de a vitória de um deles (Bismarck) exprimir o triunfo do nacionalismo alemão sobre Napoleão III e guiar Treitschke na crítica de qualquer concessão ou garantias diplomáticas costumeiras. “No seu pensamento, a laudatória aos feitos de Bismarck visava à glorificação do poder pela guerra e da força prussiana” (BONOW, 2011, p. 70). Além disso, segundo Treitschke, seria o egoísmo, e não o romantismo, a principal baliza para o Governo da Alemanha, a exigir da França “aquilo que aparecia no sentimento das ruas”: a anexação da Alsácia e da Lorena –, ambas legítimas para o povo germânico conquistá-las “*sob o direito da espada*” (TREITSCHKE apud WAWRO, 2003, p. 304).

O embate Franco-Prussiano trazia, então, Napoleão III, tragado pelo clima tumultuoso em seu próprio território, enquanto Bismarck se fiava no germanismo, *prussianizava* a Alemanha (EKSTEINS, 1992, p. 95) e ainda engajava importantes contingentes bávaros na refrega. No saldo, o Imperador francês renunciaria diante da vitória prussiana na Batalha de Sedan, enquanto a Unificação Alemã estabelecia as bases de “um país dominante, forte o bastante para derrotar cada vizinho individualmente e talvez os países continentais em seu conjunto” (KISSINGER, 2015, p. 82). Em continuidade, o ano de 1871 trouxe ao soerguimento alemão a demanda por novos cálculos, dentro do jogo político sob a forma de um Estado-nacional capaz de imprimir sua força ainda mais evidentemente. Com isso, a Alemanha não abria mão de formas políticas tradicionais, na medida em que fundia *Realpolitik* com o estamento burocrático-militar prussiano. A combinação dessa bomba política contemplou o ideólogo Treitschke e alarmou os defensores de relações estáveis e pacifistas, dentre os quais Durkheim deve ser claramente apontado.

A Leitura de Rejeição: Émile Durkheim

Em 1915, Émile Durkheim dispunha de relativa fama, além de acumular esforços para a divulgação da sociologia na França. Ao mesmo tempo, o sociólogo mantinha o olhar atento para o crescimento da barbárie e seus danos promovidos por discursos agressivos. Mesmo antes das posições contrárias ao nacionalismo alemão da Primeira Guerra, Durkheim se manifestara contra abusos promovidos no *affaire Dreyfus* – quando da decisão de o Governo francês acusar e condenar injustamente o Capitão Alfred Dreyfus, pelo fato de este ser judeu, anos após a Guerra Franco-Prussiana. Naquele tempo, Durkheim se posicionara como *dreyfusard*: um crítico contra medidas arbitrárias da Administração francesa, a qual imputara uma falsa identidade de “espião” sobre o Capitão Dreyfus.

Conforme a legião de acadêmicos, jornalistas e artistas atacava o Governo francês e produzia uma verdadeira geração intelectual em torno do *affaire Dreyfus* (WINOCK, 1989, p. 20), a questão, para Durkheim, já não se restringia à inocência do oficial, mas se estendia sobre princípios do individualismo moral, haja vista as ideias – as quais, além de carregarem elementos moralizantes, também constituem forças capazes de ultrapassar a tutela do Estado (LLOBERA, 2006, p. 154). O fato de se declarar *dreyfusard* ou *antidreyfusard*, portanto, “aparecia como uma questão verdadeiramente moral, que condensava toda uma visão de mundo, todo um conjunto de ideais que eram subentendidos na defesa ou na recusa de uma revisão do processo.” (WEISS; BENTHIEN, 2012, p. 148).

Assim, quando do ano de 1915, Durkheim, já carregava a experiência *dreyfusard* e seu produto como aspecto moral e individual. Em plena Primeira Guerra, o sociólogo testemunhava uma Europa exaurida por bombardeios, gases venenosos, submarinos, granadas e metralhadoras. Tais recursos utilizados acarretariam um número sem precedentes de baixas e vidas perdidas, a ponto de a imprensa da França intitular *La Guerre Totale* todo aquele caos (KERSHAW, 2016, p. 81). O cenário não sustentava quaisquer objetivos lucidamente justificáveis, além de os limites se perderem, cada vez mais, nos orçamentos exorbitantes, no excesso de miséria humana e na “aberração cultural monstruosa” (KEEGAN, 2006, p. 42). No mesmo 1915, Durkheim publica *Allemagne au-dessus de tout* – um texto / artigo de um comitê voltado para o estudo da guerra, cujo objetivo era o de “contrabalançar a propaganda alemã” (STEINER, 2016, p. 21). O ponto de partida do texto reside em Treitschke – segundo Durkheim, um nome desprovido de pensamento original e sem teorias inovadoras (DURKHEIM, 1915, p. 5), porém dotado de representatividade em círculos político-acadêmicos. Além disso, a relação entre Bismarck e Treitschke chamava atenção de Durkheim acerca do “sintoma” da mentalidade alemã, a glorificar o ímpeto nacionalista, principalmente após a década de 1870 (KARSENTI, 2018, p. 20).

O trabalho escolhido para a crítica de Durkheim sobre Treitschke era *Politik*: uma coletânea de cursos proferidos em Berlim pelo historiador alemão, os quais se mantinham firmes (mesmo após 20 anos de publicação) e estimulavam parte da diplomacia e Estado-Maior alemães à aplicação de diversos preceitos treitschkeanos. As teses ali colocadas também atrairiam segmentos da classe média alemã, ajustadas, aos poucos com os *Junkers* prussianos – estes últimos considerados “o melhor elemento da aristocracia alemã” (TREITSCHKE, 1916a, p. 315). Também vale salientar que, com a classe *Junker*, um lastro político se formará e conduzirá “à força os liberais alemães à aceitação de uma série de medidas abrangentes que introduziram nada mais do que uma ilusão de democracia parlamentar” (GIDDENS, 2011, p. 77).

Decerto, a *Realpolitik* já fornecia meios para o emprego de soluções bélicas e controle da máquina estatal, em um estilo demasiadamente militarista, consolidado pelo líder forte, em especial, “aquela figura cesarista feita de outra substância, nada burguesa” (WEBER, 2014, p. 31). O conjunto de ideias nacionalistas e reacionárias de Treitschke se afinaria com o programa político de Bismarck, além de incluir a habilidade militar prussiana (até então, tida como abaixo de sua capacidade) na efetivação da *Machtpolitik* germânica (METZ, 1982, p. 282). Apesar disso (e mais adiante) Durkheim defenderá que as funções militares, mesmo quando entendidas como necessárias, não devem se tornar o principal mecanismo da atividade política, tampouco a guerra deve orientar a dinâmica da sociedade. Por isso, algo como o imperialismo alemão será, com seu âmago beligerante, é que constitui um “fenômeno instável e incompatível com a moral das relações internacionais” características do mundo moderno (GIDDENS, 1986, p. 23).

Na crítica durkheimiana a Treitschke, o embate militar deve ser visto como excepcional, na medida em que o Estado só se torna forte e ativo ao prezar liberdades e garantias individuais. Qualquer promoção de sentimentos expansionistas por meio da “monstruosa máquina de guerra” é algo contrário a valores morais, científicos e pacíficos. Por isso, a defesa pela civilidade constitui fim importante contra a tese do *estado de guerra permanente*. Mais ainda, a exaltação ferrenha da intervenção militar expressa um tipo de “sistema mental patológico”, assim como o sacrifício belicista é um

“idealismo nocivo e anormal” (DURKHEIM, 1915, p. 42). Como alternativa, a crítica de Durkheim privilegiará uma noção de Estado como o ente capaz de “responder às opiniões dos cidadãos, mas que tem a responsabilidade de articulá-las de maneira clara e racional, discernir suas implicações e formular políticas relevantes” (GIDDENS, 1979, p. 65).

Por outro lado, à medida que a Prússia alavanca o protagonismo no caminho da Unificação Alemã, o discurso de Treitschke reforçará a noção de Estado a partir de *duas faces*: a política e a militar (CLARK, 2007, p. 288). Como produto, tem-se o modelo a articular *Realpolitik* e *Machtpolitik* e a conferir notoriedade ainda maior ao historiador alemão (METZ, 1982, p. 283). Em contraponto, a crítica durkheimiana sobre Treitschke e o nacionalismo germânico enfatiza o *individualismo moral* e não vê qualquer “incompatibilidade intrínseca entre o Estado republicano e o progresso da harmonia universal” (GIDDENS, 2011, p. 117). Sob clara influência de René Descartes, Immanuel Kant, e da *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão*, Durkheim organiza parte de seu edifício moral (VARES, 2014, p. 491-492). Aqui, a defesa da humanidade se apoia em argumentos antimilitaristas, ao não reduzir as nações em análises voltadas para exércitos numerosos ou para a capacidade estritamente industrial do Estado. Aliás, não se deve tratar aquele povo capaz de reunir grande número de canhões e máquinas a vapor como o maior exemplo de moral a se seguir (DURKHEIM, 1893, p. 11).

Em outro ponto crítico, Durkheim não aceitava que a Alemanha e seus indivíduos (há pouco considerados e estimados como membros da mesma comunidade moral da França) estivessem comprometidos com a barbárie e agressividade³, de maneira tão absurda (DURKHEIM, 1915, p. 3-4). Para tanto, a crítica durkheimiana levava em conta o fato de os territórios de fala alemã não constituírem um *todo* político, e sim um misto de diferenças regionais, étnicas e religiosas. Na década de 1890 (portanto, vinte anos depois da Guerra Franco-Prussiana) Durkheim via na Unificação Alemã de 1870 diferentes ritmos entre suas regiões. Desde “a Baviera fria e recalitrante”, até a Prússia, apenas “atingida por uma espécie de euforia coletiva logo depois da vitória”, o sociólogo ainda destacava que “os outros Estados foram menos sensíveis à conquista de glória e de poder que resultou da guerra e, uma vez passada a grande angústia nacional, as paixões sociais voltaram a sossegar” (DURKHEIM, 2004, p. 256). Nessa linha de crítica, a *ideia de Alemanha* uma diversas vezes foi encarada como algo abstrato, longínquo e de pouca exequibilidade. Por isso, apenas com ritmo da modernização industrial, desenvolvimento e incremento do militarismo, conduzidos pela Prússia, a Unificação Alemã realmente articulou um tipo de programa a conter *Realpolitik*, *Kulturstaat* e *Machtstaat* (DEVULDER, 1993, p. 530).

O ideário alemão atendia interesses de intelectuais como Treitschke, no clima de *Deutschland über alles* e, portanto, frontalmente oposto aos princípios durkheimianos. Uma prova disso está na maneira de Treitschke considerar o Estado como *autarquia* e dispensar o cumprimento rigoroso de regras internacionais de etiqueta e diplomacia. Desse modo, a validade dos contratos apenas merece apoio quando soe atrativa aos interesses e circunstâncias do Governo, e se quaisquer contratos internacionais limitam a vontade do Estado, estes mesmos contratos podem (e devem) ser perfeitamente violados. Como aponta criticamente Durkheim, nos escritos treitschkeanos “não há nada acima da vontade de um Estado”, muito menos a

³ Semelhante indagação moveria as pesquisas de Sönke Neitzel e Harald Welzer a respeito de como homens, há pouco tempo ocupados em profissões das mais diversas, se tornariam soldados da *Wehrmacht* e do Terceiro Reich (NEITZEL; WELZER, 2014).

moral diz respeito a algo duradouro, em política. Portanto, a estratégia de “os fins justificam os meios”, funciona em Treitschke como uma “hipertrofia mórbida da vontade”, insuflada por condutas alheias à sanidade humana, e de improvável sustentação, visto que “um Estado não pode se manter quando tem a humanidade contra si” (DURKHEIM, 1915, p. 41).

Em sua *leitura de rejeição*, Durkheim se vincula à noção de humanidade como chave para libertação dos povos, rumo a um mundo mais fraterno e amoroso (DURKHEIM, 1915, p. 23). Neste sentido, *sociedade* e *povo* correspondem a duas partes de uma mesma realidade, além de o Estado significar a expressão do próprio povo tomando consciência de si. A partir do individualismo moral, Durkheim não é hostil à reivindicação da pátria, contanto que esta não se torne um imperativo ofensivo, mas se guie por meio de valores compatíveis com o mundo civilizado. Analogamente, o patriotismo é legítimo se promovido como um *amor in abstracto*, a não colocar a França, tampouco a Alemanha “acima de tudo”, pois nenhum Estado é capaz de abranger ou garantir todos os direitos do cidadão.

Na medida em que o nacionalismo não é a tônica da cultura ocidental, ele apenas emerge como um indicador de rivalidades momentâneas, pois as noções do pan-humanismo seriam, para Durkheim, mais urgentes por trazerem elementos de igualdade e das liberdades individuais. Aqui, a sobreposição dos ideais gerais da humanidade deve prevalecer sobre o discurso de orgulho nacional (GIDDENS, 2005, p. 152). Em termos durkheimianos, “ontem tudo se voltava para o cosmopolitismo, hoje prevalece o patriotismo” (DURKHEIM, 2004, p. 406), mas essa mudança, ainda que caracterize a própria dinâmica das sociedades ocidentais, em seus “fluxos e influxos”, não são capazes de promover um abalo radical e duradouro sobre as “virtudes cardeais” do Direito e da moral civilizatória.

Para Treitschke, todavia, a distinção (e mesmo contradição) opera na sociedade, “a qual não passa de um amontoado de conflitos internos”. Nesse ínterim, a força do Estado é um princípio vital da própria sociedade, além de uma consequência inevitável da imposição e força despidas de sentimentalismos filantrópicos e “femininos”. Não apenas, “a arte política reclama um caráter de ferro” –, cujo alinhamento apelava para o “homem de estado ideal”, portanto, para o próprio Bismarck / Chanceler de Ferro (DURKHEIM, 1915, p. 34). Na contramão de Treitschke, contudo, Durkheim sustenta que as questões sociais demandam o refrear dos apetites das consciências desreguladas, na busca por se atenuar a “agitação maníaca que não provém da atividade social”. Dito de outra maneira, “a questão social, assim posta, não é uma questão de dinheiro ou de força; é uma questão de agentes morais” (DURKHEIM, 1928, p. 297).

Para tanto, se na Primeira Guerra Mundial, os ideais de Treitschke e o crescente fervor do nacionalismo alemão, conflitavam com posições humanistas e matizadas pelo individualismo, a perspectiva de Durkheim defendia regras e condutas capazes de orientar a vida social, pacificamente. Porém, ao entender que “as regras da moral usual se aplicam aos atos humanos [enquanto] as doutrinas dos moralistas se aplicam às próprias regras” (DURKHEIM, 2002a, p. 7), essa diferenciação, proposta por Durkheim, entre moral e moralismo, além de insuficiente subordina o Estado à sociedade e não atribui à *Realpolitik* (não apenas em sua forma alemã) uma inevitabilidade no jogo pelo próprio poder. O tom esperançoso de Durkheim, igualmente defensor das virtudes humanas e civilizatórias, não enfrenta o nacionalismo alemão de maneira pragmática,

mas apenas se dissolve no debate do idealismo contra Treitschke, enquanto as nações ardiem em chamas e demandavam medidas, muitas vezes duras, mas não menos urgentes. No meio de espinhosas questões analíticas e políticas, outra leitura alternativa sobre Treitschke aparecerá em Raymond Aron e sua mescla realista liberal. Cabe agora descrever de que maneira as lentes interpretativas aronianas dispensarão e adaptarão outros pontos mais específicos de Treitschke.

A Leitura de Reinterpretação: Raymond Aron

Além do parentesco com Marcel Mauss, Durkheim e Aron se assemelham pela ancestralidade judaica e por terem vivido experiências acadêmicas em solo germânico. Ambos os franceses, nascidos na região da Lorena (portanto na fronteira com a Alemanha) estabeleceram importantes ligações com o historicismo, neokantismo e bases epistemológicas para a sociologia. Por outro lado, o maior afastamento de práticas judaicas e a metodologia alternativa das Ciências Sociais explicitam maiores diferenças e peculiaridades de Aron, quando comparado com Durkheim. Ainda que a sociologia durkheimiana figure na síntese aroniana, aquela é muito mais uma “etapa do pensamento sociológico” do que uma chave analítica realmente central. Na verdade, essa observação aventa o peso de outros nomes como Charles de Montesquieu, Alexis de Tocqueville e Max Weber muito mais citados e decisivos na obra de Aron.

Em seu percurso, Aron se vincula ao pensamento liberal realista e à crítica sobre ilusões idealistas, cuja esperança por uma “solução pacífica dos conflitos” acaba por ocultar o impacto real dos dramas e tensões, na dinâmica entre os Estados. Todavia, não se deve interpretar o pensamento de Aron como realista à maneira da *Realpolitik*. Em vez disso, a dureza da política se põe como realidade no jogo internacional e, antes de tudo, na própria vida. Trata-se, então, de um idealismo filosófico, o qual, sob a influência de Tocqueville, Aron encontra na ordem civil e liberdades públicas, uma gama de demonstrações geradas a partir da experiência, prática e observação políticas (JUDT, 1998, p. 153). Além do traço tocquevilliano, a obra de Aron descende de Montesquieu importa “comparativismo por excelência” – no método de *retrato sociológico*, capaz de construir “teorias abstratas a partir de um pequeno número de fatos” –, sem suprimir a história, tampouco retirar a dimensão humana da ação e da imprevisibilidade (ARON, 2013, p. 376-377).

Esses componentes se articularão com a escrita de *Paix et Guerre Entre les Nations* e quando Aron ministrará cursos a respeito da sociedade industrial na Sorbonne, também intercalados por um período em Harvard, até a publicação do livro, em 1962. No projeto existe a conciliação entre o Aron acadêmico e o jornalista / comentarista de Relações Internacionais, ativo pelo menos desde 1947 (ARON, 1983, p. 455-456). Note-se que assim como Durkheim, Aron se volta para o texto *Politik*, de Treitschke, mas o movimento aroniano reconhece mais úteis à discussão entre *Realpolitik* e *Machtpolitik*. Segundo Aron, uma apologia à prudência pode ser reconhecida a partir dos escritos de Treitschke, pois ainda que a capacidade política se desenvolva como algo inato (e o modo de descrever o Estado como “necessidade suprema da natureza” apresente fragilidades) Aron concorda com pontos treitschkeanos, os quais, além de realistas, “não são cínicos”. O fato de um Estado-Potência admitir a coexistência com outros Estados-Potência sobre o tabuleiro político das Relações Internacionais é um desses pontos não cínicos. Além do mais, com a

emergência de grandes potências, a prudência adquire um grau de virtude suprema para o estadista, pois “o que ainda nos interessa no pensamento de Treitschke é sua justificação, quase exaltação, da soberania do Estado, da rivalidade de poder e da guerra” (ARON, 2018, p. 716). Nesse cenário, a prudência é uma qualidade alternativa à antinomia entre idealismo e realismo, por importar “a compreensão do concreto, associada à consciência das responsabilidades” (MOURIC, 2012, p. 48).

Somadas ao papel da prudência, *duas mutações* são importantes para a teoria política e as Relações Internacionais, a partir de Treitschke. A *primeira (de ordem espiritual e metafísica)* converte *Machtpolitik* em *Power Politics* – e desloca o foco do valor para o fato –, sobretudo na forma de realismo político, desenvolvido por autores norte-americanos. Nessa corrente realista, os Estados agem pela vontade de poder e no ambiente marcado por rivalidades, portanto, não como o efeito de um plano divino, mas enquanto condição estratégica da sobrevivência e recurso pragmático. Dentre os realistas norte-americanos, Aron assinala Reinhold Niebuhr, George F. Kennan e Hans J. Morgenthau, cujas diferenças ante os nacionalistas alemães (dentre eles, o próprio Treitschke) são decisivas. Enquanto os segundos “queriam a política de poder por si mesma”, os primeiros “consideram-se obrigados a constatar sua existência e a aceitar suas leis” (ARON, 2018, p. 717).

A *segunda mutação* altera a posição da *Machtpolitik* entre a *balança* (Justiça) e a *espada* (Guerra). Na visão de Treitschke, a Justiça apenas se realiza por intermédio da espada, mas com os realistas norte-americanos, será a *natureza* humana (egoísta, violenta) ou da *política* (a qual não dispensa o poder) o ponto a estabelecer o possível entendimento entre os Estados. Como membro da intelectualidade nacionalista alemã, Treitschke veria no estado de guerra um elemento natural; mais ainda, ao frisar que “toda guerra é por natureza radical” (TREITSCHKE, 1916b, p. 397). Porém, com o processo de tradução e reinterpretação de *Machtpolitik* para *Power Politics*, a disputa dos Estados mais poderosos acerca do domínio e / ou hegemonia do Mundo se estende sobre um jogo mais frio, sutil e pragmático dos burocratas e diplomatas, “inclinados a admitir que um mau acordo é melhor do que um bom processo ou uma vitória militar” (ARON, 1985, p. 219).

Com o nacionalismo de Treitschke, a palavra alemã “*Macht*” indica *potência* e coincide parcialmente com o termo *Power*, de língua inglesa. Ao mesmo tempo, ambas as formas anglo-saxônicas não abrangem por completo as versões neolatinas *pouvoir*, *puissance*, *force*; *poder*, *potência*, *força*. Ainda assim, as diferenças semânticas não escondem que a *Machtpolitik* surge como reivindicação da conquista e expansão do político. Ao mesmo tempo, Aron não deixa de destacar: não há fórmula geral capaz de definir o comportamento dos Estados-nação, pois embora a *sociologia da potência* forneça importante contribuição para o pensamento político, a passagem de *Macht* para *power* revela uma ordem política, composta por vontades mais complexas, entre os Estados.

Cabe ressaltar que, nas bases da *Machtpolitik*, a unificação da Alemanha legou um modelo de tensão entre o político e o militar – personificados em Bismarck e no Marechal Helmut von Moltke. Como produto treitschkeano, o nacionalismo quebrou parâmetros, a ponto de a guerra se tornar uma necessidade teórica e prática; uma forma eterna da existência humana; uma transformação necessária para a consolidação do povo e de sua política externa (DEVULDER, 1993, p. 528). Mas outro aspecto peculiar aparece com Bismarck, na medida em que a força não deve ser reduzida ao uso marcial. Na verdade, as ideias também se tornavam cruciais para a construção do

programa ofensivo e nacionalista, simultaneamente com os recursos bélicos. Dentro disso, Aron ilustrará: se alguém como Frederico II entregava a seus juristas “a tarefa de convencer ou de fazer com que sua opinião fosse aceita, provavelmente Bismarck a entregava aos escritores” (ARON, 1986, p. 26) –, dentre os quais, Treitschke desempenhou um papel considerável. A política bismarckiana, aliás, pode claramente ilustrar um caso empírico de “estadista prático” (BERLIN, 2005, p. 197-198), o qual não abre mão das teorias, e sim as combina de maneira hábil com a ação política.

Aron não era partidário da guerra, mas tinha clareza que ela ocupava um evidente lugar ante as contradições da própria modernidade (MERQUIOR, 2014, p. 239), principalmente durante sua vivência na Alemanha dos anos 1930, quando Adolf Hitler se lançava como dura realidade no centro do poder político. Judeu assimilado e não praticante da fé, Aron cada vez mais sentirá a urgência de causas judaicas, ao longo da própria vida. Em um cenário capaz de engendrar perseguições hitleristas, “um judeu não pode fugir do seu destino e nem ignorar aqueles que acreditaram ou acreditam no mesmo Deus de Isaac e de Jacó, aquele dos seus ancestrais” (ARON, 1968, p. 182). Pelo menos desde sua “experiência de choque” no tempo da Alemanha nazista, a *reconversão* de Aron (SIRINELLI, 1984, p. 29) o afastará de qualquer pacifismo ao modo de Alain (Émile-Auguste Chartier), Jean Jaurès ou Romain Rolland. Como prova disso, a força não é vista como mero objeto condenável, mas um dispositivo muitas vezes potencialmente necessário, mesmo para os estados mais civilizados.

Outro momento decisivo para Aron se deu com a guerra Fria, quando ele se posicionou em favor do Bloco Ocidental e em prol de democracias liberais. Malgrado procedimentos constitucionais e eleições representativas formarem pequenos grupos a concentrarem decisões políticas, o respeito às “regras do jogo” permanece mantido, no lado Ocidental – inclusive na possibilidade de resoluções institucionais mais pacíficas (ARON, 1966, p. 335). Se os Estados Unidos, França e Reino Unido carregam problemas e imperfeições, a outra ponta da questão revela o degredo de intelectuais para *gulags* sob justificativas demasiadamente absurdas. A situação na União Soviética, ainda que não fosse suficiente para abalar as crenças em torno do comunismo, deveria ao menos deixar um pensador social *en garde* diante de tantos descabros aplicados pelo autoritarismo (ARON, 1967, p. 158). Não somente, com a crise dos mísseis em Cuba, em 1962, a visão aroniana reconhecerá o peso da história em sua própria crueza, ao ver até que ponto a ameaça sobre a democracia liberal pode ultrapassar a abstração de modelos e teorias sociais (SIRINELLI, 1995, p. 353) de alguém como seu antigo colega (e futura desavença) Jean-Paul Sartre, “um moralista que desprezava tudo aquilo que não fizesse parte de seu ódio pela burguesia” (DIAS JUNIOR, 2018, p. 7).

Em sua leitura de reinterpretação sobre Treitschke (e mais adiante sobre Clausewitz) Aron verá que apesar de várias mudanças sociais, políticas e culturais, a guerra se estende ao longo da história e permanece tema intrigante. Dirá Aron que “é tão impossível reconstruir a história sem a guerra como imaginar a literatura sem o amor” (ARON, 2018, p. 729). Essa constatação (realística, empírica e objetiva) ainda ressalta o papel da força e seu uso na permanência ou derrocada de Estados. Ao mesmo tempo, outro componente irônico da política já se revelava durante a Guerra Fria, na qual “nunca os Estados se empenharam de forma tão solene na renúncia ao uso da força”. Em um recorte tão complexo, nem sempre a vontade coincide com os meios de força do aparato político – aspecto a limitar a justificativa de Treitschke sobre

os Estados mais potentes se expandirem de modo legítimo, absorvendo outros Estados de menor influência diplomática. Curiosamente, no próprio século XX, “as grandes potências são obrigadas a tolerar pequenos Estados inoportunos” (ARON, 1985, p. 216).

A mudança do conceito de *Machtpolitik* para *Power Politics*, certamente projetou dos realistas norte-americanos na compreensão da política e Relações Internacionais. Mas quando pequenos Estados não são engolidos por grandes potências, o idealismo político também continua empiricamente vivo. É preciso, na verdade, abrir mão de “ilusões idealistas” – as quais depositam sobre uma espécie de ordem internacionalmente harmônica, a resolução eficiente dos conflitos. Isso não se sustenta sob o ponto de vista prático, enquanto no idealismo a diplomacia e estratégia dos Estados absorvem outro tipo de força, a das ideias, dos regimes e da filosofia de seus governantes.

Mas além de reconhecer o idealismo, o componente realista, dentro do liberalismo de Aron, se sofisticava como “realismo pragmático” (LLOSA, 2019, p. 145), ao mesmo tempo influenciado pela prudência e força de Treitschke, e com maior profundidade derivada de Weber. Ao ver no *Machtstaat* um exemplo da inevitável consequência do *pragma do poder*, Aron (um divulgador da sociologia weberiana em solo francês, pelo menos desde 1935) desenvolve um caminho interpretativo sem preterir o foco da ação social (COLQUHOUN, 1986, p. 100-101) e sem abandonar o caráter agonístico da política. Como resultado dessa combinação, “nem sempre a prudência leva à moderação, à paz de conciliação, à negociação ou à indiferença com respeito ao regime interno dos Estados inimigos ou amigos” (ARON, 2018, p. 725-756).

A leitura de reinterpretação de Treitschke sobre a *Machtpolitik* também se movimenta com o conceito de *Herrschaft*, traduzido como *domination*, pela obra de Aron. O efeito pós-bismarckiano dessa tradução elucida que “seria um erro grave pensar que um complexo político como o *Reich* alemão poderia abraçar, mediante uma decisão voluntária, uma política pacifista como aquela praticada na Suíça” (WEBER, 2014, p. 99). Com isso, na releitura de Aron, o debate Treitschke-Weber constrói uma noção de potência como ferramenta da dominação para além de motivações / consequências econômicas, materiais, visto que “o comportamento de numerosas outras pessoas não está à venda” (ARON, 1985, p. 210). Ainda nesse debate, a sociologia weberiana é fundamental por não tachar as funções militares dos Estados como anacronismos (diferentemente do caminho sugerido por Durkheim, na crítica a Treitschke). Weber, aliás, “acreditava na permanência dos conflitos entre as grandes potências e esperava que a Alemanha unificada ocupasse um lugar importante no cenário mundial” (ARON, 2013, p. 820). Essa postura, portanto, não abdica do tom realista diante das circunstâncias e práticas dos Estados.

Para além de Treitschke e Weber, Aron vê no Estado não apenas o monopólio da violência, pois também frisa que não existe uma instância capaz de legitimar o emprego da força por completo, em Política Internacional. Diferentemente, os atores desenvolvem caminhos e produzem poder, isolada ou de maneira conjunta, à medida que ordens variadas se apresentem e se reorganizem: bipolar, multipolar, ou mesmo no “duopólio termonuclear” seriam algumas dessas ordens (DUROSELLE, 1962, p. 965). Em exemplos respectivos ter-se-ia a Guerra do Peloponeso, a Paz de Vestefália, e o confronto EUA *versus* URSS. Assim como as relações interestatais e internacionais, os regimes internos também formam outra variável para compreensão do sistema internacional, de modo que o comportamento do Estado-nação não é suficiente para definir sua posição política; tampouco há mecanismo de julgamento moral capaz de

assegurar a paz definitiva entre as nações. Nem idealismo, nem realismo resolvem (cada um por si) lacunas na interpretação da guerra e paz, pois “nenhuma técnica de investigação, nenhum método, antigo ou moderno, deve ser exaltado ou rejeitado *a priori*” (ARON, 1985, p. 396).

Também é válido afirmar que a leitura de adaptação de Treitschke, por Aron, está para além da “univocidade da teoria” (MERQUIOR, 1985, p. 20), portanto, não se fia no uso da *política de potência* como modelo definitivo. Destarte, a *Machtpolitik* (e depois *Power Politics*) certamente fornece mais chaves sobre a ação e prática, mas as relações internacionais devem enxergar para além do interesse puramente estatal para captar a dinâmica específica dos cenários – políticos, históricos, práticos e praxeológicos (HOFFMANN, 1983, p. 844). Como resposta à reação colocada por Bertrand Russell – “ou o Estado Mundial, ou o autoaniquilamento nuclear da humanidade” –, Aron envereda para uma *terceira via*, não menos humana, e sim mais realista: na manutenção da paz como *quase regulação* (baseada no medo da destruição mútua dos Estados e da vida) a *política de potência* é sempre um recurso sobre a mesa dos atores políticos, da mesma forma que a prudência e as ideias civilizatórias também o são.

Considerações Finais

Decerto, a circularidade do nome e ideias de Treitschke levaram Durkheim a uma abordagem reativa, principalmente acerca do texto *Politik*. Porém, esse processo levanta maior curiosidade quando voltado para os escritos entre 1900 e 1905. Nesse período, não os *Junkers*, e sim os *boiardos* tornam-se um caso de centralização e legitimidade política, ou seja, quase dez anos antes de criticar Treitschke em sua publicação, Durkheim percebera que a formação militar se fazia indispensável em ambientes marcados por lutas contra tártaros e lituanos, de maneira que “os príncipes moscovitas tornaram-se conquistadores no estilo dos turcos”, e conseqüentemente, “as conquistas engendrariam mais conquistas.” (DURKHEIM, 2002c, p. 3-4).

No mesmo intervalo de 1900 e 1905, Durkheim ainda considerou plausível a hipótese que territórios separados fossem reunificados, quando diante de necessidades e / ou “as raízes de seus povos falassem mais alto”. Destarte, o pan-eslavismo, pangermanismo, pan-helenismo e irredentismo italiano tanto são concebíveis como poderiam indicar “uma lei geral que merecesse atenção” (DURKHEIM, 2002b, p. 6). Com isso, a análise durkheimiana não permanecia completamente alheia às variações de Estado, sociedade e às relações entre ambos, mas o discurso, ali sustentado, sugere que a posição de Durkheim considerava a Alemanha um Estado-nação mais próximo da França do que da Rússia. Tal proximidade, inclusive, ultrapassa a questão fronteiriça, pelo fato de Alemanha e França compartilharem laços culturais, sociais e civilizatórios com maior reciprocidade. Assim, haveria motivos necessários à oposição de qualquer nacionalismo especificamente alemão desdobrado como *Realpolitik* e *Machtpolitik*, chancelados por Bismarck e intelectualizados por Treitschke.

Mais adiante, e no meio da Guerra Fria, o texto *Politik* reaparecerá com Aron. E quando as posições de Treitschke não serão dispensadas por completo, mas extraídas para um estudo da prudência, da guerra e, principalmente, da tradução do conceito de *Machtpolitik* para *Power Politics*. Ao mesmo tempo, a visão aroniana se vinculará ao olhar político não menos embasado pelos escritos de Weber, ao

privilegiar mais a ética da convicção do que a ética da responsabilidade. Consequentemente, Aron verá que o princípio de toda obra política deve lidar com a ação cotidiana sem substituir rigores analíticos e inevitáveis compromissos em torno da explicação do poder. Tem-se, portanto, “moral sem moralismo; engajamento sem cegueira; vontade de preferir o real ao imaginário” (WINOCK, 1984, p. 13).

O fato de reunir diferentes teorias (ainda que discorde delas) e não impor um tipo de solução derradeira para explicar a política e o político, confere a Aron uma lucidez matizada com frieza e ponderação. Não somente, a atuação aroniana, entre diferentes frestas das Ciências Sociais, engendra um “liberalismo aberto” (MERQUIOR, 1985, p. 47), a ponto de incluir um pensador reacionário como Treitschke no debate do poder político. Assim, os escritos treitschkeanos não são completamente hostilizados, nem tomados pelo simples apego estrito de pontos biográficos do historiador alemão. Distintamente, a busca pela validade analítica nas obras é que constitui a chave maior para se pensar a paz e a guerra, dentro da obra aroniana. Isso também se acentua pelo fato de Aron não se enquadrar de maneira rígida nas correntes acadêmicas e vogas intelectuais da Sociologia, Ciência Política e Relações Internacionais. Na verdade, ao avançar com seus escritos e uma epistemologia mais flexível do que a de outro clássico como Durkheim, Aron foi capaz de agrupar realismo e idealismo como pontos não anuláveis na interpretação dos problemas entre Estados-nação – um percurso válido, inclusive, para férteis possibilidades a respeito do político, da negociação em torno da paz, e mesmo do acionamento de mecanismos de dissuasão.

Referências

- ANDERSON, Perry. *Linhagens do estado absolutista*. São Paulo: Editora da Unesp, 2016.
- ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- ARON, Raymond. *De Gaulle, Israël et les juifs*. Paris: Plon, 1968.
- ARON, Raymond. *Estudos políticos*. Brasília: Editora Unb, 1985.
- ARON, Raymond. *Mémoires*. Paris: Julliard, 1983.
- ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. São Paulo: Martins Fontes, 2018.
- ARON, Raymond. *Pensar a guerra, Clausewitz: a era planetária*. Brasília: Editora Unb, 1986.
- ARON, Raymond. *The century of total war*. Boston: Beacon Press, 1966.
- ARON, Raymond. *The industrial society: three essays on ideology and development*. Nova Iorque: Simon and Schuster, 1967.
- BAFOIL, François. Durkheim, Weber au miroir de la guerre de 1914-1918. Les avatars du nationalisme. *Revue Raisons Politiques*, Paris, v. 3, n. 63, p. 135-150, 2016.
- BERLIN, Isaiah. *A força das ideias*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.
- BEW, John. *Realpolitik: a history*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2016.
- BONOW, Stefan Chamorro. *A desconfiança sobre os indivíduos de origem germânica em Porto Alegre durante a Primeira Guerra Mundial: cidadãos leais ou retovados?* 2011. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- CLARK, Christopher. *Iron Kingdom: the rise and downfall of Prussia, 1600-1947*. Londres: Penguin, 2007.
- COLQUHOUN, Robert. *Raymond Aron, volume 1: the philosophy in history (1905-1955)*. Califórnia: Sage, 1986.

- DAVIS, Henry William Carless. *The political thought of Heinrich von Treitschke*. Londres: Constable and Company, 1914.
- DEVULDER, Catherine. Histoire allemande et totalité: Leopold von Ranke, Johann Gustav Droysen, Karl Lamprecht. *Revue de Synthèse*, Paris, v. 4, n.2, p. 177-197, 1987.
- DEVULDER, Catherine. Les professeurs d'histoire des universités allemandes 1800-1914. Savoir et pouvoirs. *Histoire, Économie et Société*, Paris, v. 12, n.4, p. 525-536, 1993.
- DIAS JUNIOR, Antonio Carlos. Raymond Aron: engajamento e política no contexto da sociedade industrial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 33, n. 98, p. 1-19, 2018.
- DORPALEN, Andreas. Henrich von Treitschke. *Journal of Contemporary History*, London, v. 7, n.3, p. 21-35, 1972.
- DURKHEIM, Émile. *Allemagne au-dessus de tout: La mentalité allemande et la guerre*. Collection Études et documents sur la guerre. Paris: Armand Colin, 1915.
- DURKHEIM, Émile. *De la division du travail social: thèse présentée à la Faculté des Lettres de Paris*: Paris, Félix Alcan, 1893.
- DURKHEIM, Émile. Introduction à la morale. *Revue Philosophique*, Paris, v. 89, p. 81-97, 2002a. Disponível em: classiques.uqac.ca/. Acesso em: 12 jul. 2021.
- DURKHEIM, Émile. *Le socialisme: sa définition, ses débuts, la doctrine saint-simonienne*. Paris, Félix Alcan, 1928.
- DURKHEIM, Émile. État et société en Russie. *L'Année Sociologique*, Paris, n.5, p. 358-359, 2002b. Disponível em: classiques.uqac.ca/. Acesso em: 12 jul. 2021.
- DURKHEIM, Émile. *O suicídio: estudo de sociologia*. São Paulo, Martins Fontes, 2004.
- DURKHEIM, Émile. Pacifisme et patriotisme. *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, Paris, n. 8, p. 44-67, 2002c. Disponível em: classiques.uqac.ca/. Acesso em: 12 jul. 2021.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. Paix et Guerre entre les nations: la théorie de relations internationales selon Raymond Aron. *Revue Française de Science Politique*, Paris, v. 4, p. 963-979, 1962.
- EKSTEINS, Modris. *A sação da primavera: a grande guerra e o nascimento da era moderna*. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.
- ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.
- ENGELS, Friedrich. Introduction. In: MARX, Karl. *Class struggles in France (1848-1850)*. Nova Iorque, International Publishers, 1969. p. 9-30.
- GIDDENS, Anthony. *Capitalismo e moderna teoria social*. Lisboa: Editorial Presença, 2005.
- GIDDENS, Anthony. *Durkheim on politics and the state*. Califórnia: Stanford University Press, 1986.
- GIDDENS, Anthony. *Émile Durkheim*. Nova Iorque: Viking Press, 1979.
- GIDDENS, Anthony. *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: Unesp, 2011.
- HOFFMANN, Stanley. Raymond Aron et la théorie des relations internationales. *Politique Étrangère*, n. 4, p. 841-857, 1983.
- JUDT, Tony. *The burden of responsibility: Blum, Camus, Aron*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.
- KARSENTI, Bruno. Durkheim, Germany, War, Europe. *Simmel Studies*, v. 22, n. 2, p. 17-34, 2018.
- KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- KERSHAW, Ian. *De volta do inferno: Europa, 1914-1949*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- KISSINGER, Henry. *Ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- KOHLER, George. Y. Treitschke, Heinrich von. In: STONE, John et al. *The Wiley Blackwell Encyclopedia of Race, Ethnicity, and Nationalism*. New York: John Wiley & Sons, 2016. p. 1-3.
- LILLA, Mark. *A mente naufragada: sobre o espírito reacionário*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

- LLOBERA, Joseph. Ramon. Durkheim and the national question. In: PICKERING, William; MARTINS, Herminio. *Debating Durkheim*. Londres: Routledge, 2006. p. 134-159.
- LLOSA, Mario. Vargas. *O chamado da tribo: grandes pensadores para o nosso tempo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.
- MALEŠEVIC, Siniša. *The sociology of war and violence*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010.
- MCCLELLAND, Charles Edgar. Berlin historians and German politics. *Journal of Contemporary History*, London, v. 8, n. 3, p. 3-33, 1973.
- MERQUIOR, José Guilherme. Ciência e consciência política em Raymond Aron. In: ARON, Raymond. *Estudos políticos*. Brasília: Editora Unb, 1985. p. 17-52.
- MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo: antigo e moderno*. São Paulo: É Realizações, 2014.
- METZ, Karl Heinz. The politics of conflict: Heinrich von Treitschke and the ideia of "Realpolitik". *History of Political Thought*, Exeter, v. 3, n. 2, p. 269-284, 1982.
- MOURIC, Jean. Paix et Guerre Entre les Nations: que lições para os europeus? *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 35, p. 47-55, 2012.
- OELSNER, Miriam Bettina Paulina Bergel. *A gênese do nacional-socialismo na Alemanha do século XIX e a autodefesa judaica*. 2017. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- RAMEL, Frederic. Les relations internationales selon Durkheim: un objet sociologique comme les autres. *Études Internationales*, Québec, v. 35, n. 3, p. 495-514, 2004.
- SIRINELLI, Jean-François. *Deux intellectuels dans le siècle: Sartre et Aron*. Paris: Fayard, 1995.
- SIRINELLI, Jean-François. Raymond Aron avant Raymond Aron. *Vingtième Siècle*, Paris, n. 2, p. 15-30, 1984.
- STEINER, Philippe. *A sociologia de Durkheim*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- TREITSCHKE, Heinrich von. *Politics, volume 1*. Nova Iorque, The Macmillan Company, 1916a.
- TREITSCHKE, Heinrich von. *Politics, volume 2*. Nova Iorque, The Macmillan Company, 1916b.
- VARES, Sidnei Ferreira de. Durkheim, o caso Dreyfus e o republicanismo liberal na Terceira República francesa. *Contemporânea*, São Carlos, v. 4, n. 2, p. 481-505, 2014.
- ROCHAU, August Ludwig von. *Grundsätze der Realpolitik: angewendet auf die staatlichen zustände Deutschlands*. Stuttgart: Karl Gödel, 1853.
- WAWRO, Geoffrey. *The Franco-Prussian war: the German conquest of France in 1870-71*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2003.
- WEBER, Max. *Escritos políticos*. São Paulo, Martins Fontes, 2014.
- WEISS, Raquel Andrade; BENTHIEN, Rafael Faraco. A redescoberta de um sociólogo: considerações sobre a correspondência de Émile Durkheim a Salomon Reinach. *Novos Estudos – CEBRAP*, São Paulo, n. 94, p. 133-149, 2012.
- WINOCK, Michel. Les générations intellectuelles. *Vingtième Siècle*, Paris, v. 22, p. 17-38, 1989.
- WINOCK, Michel. Les intellectuels dans le siècle. *Vingtième Siècle*, Paris, v. 2, p. 3-14, 1984.

*Minicurrículo do Autor:

André Luiz Maranhão Agostinho dos Santos. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2017). Professor Substituto do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: andreluizmaranhao@yahoo.com.br.